

AValiação NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: MECANISMO DA INCLUSÃO EXCLUDENTE.

Luzinete da Silva Figueirêdo ¹

RESUMO

A inclusão excludente diz respeito ao processo de inserção dos alunos no sistema educacional escolar, porém os alunos não recebem formação de qualidade de maneira que este possa estar apto à vida em sociedade e ao mercado de trabalho. Entende-se a avaliação como um dos mecanismos que contribuem com a exclusão excludente por ser esse um sistema que segrega, hierarquiza, inclui ou exclui de forma que a desigualdade vai se reproduzindo no processo ensino aprendizagem. O trabalho apresenta, de forma resumida, uma análise do processo avaliativo aplicado nas escolas públicas, o percurso histórico, como esse método acontece nos espaços escolares, acompanhada de uma reflexão em relação ao processo de inclusão escolar, a legislação brasileira que norteia esse estágio e como este processo constrói situações de exclusão junto aos alunos que fazem parte dessa estrutura de formação, a escola pública. tendo como principais autores: José Carlos Libâneo (2005/2012), Phillip Perrenoud (1999), Cipriano Luckesi (2005), Acácia Kuenzer (2005), LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Constituição Federal (1988), utilizando livros, artigos científicos que se voltam para o tema, embasada nos pressupostos da concepção histórico-crítica. Aqui não se pretende esgotar um tema tão rico e tão farto de informações e olhares, mas objetiva-se analisar como um dos mecanismos da aprendizagem pode influenciar em todo o processo juntamente com outros que também fazem parte da busca do conhecimento.

Palavras-chave: Avaliação, Educação, Inclusão Excludente.

INTRODUÇÃO

A inclusão excludente diz respeito ao processo de inserção dos alunos no sistema educacional escolar, porém os alunos não recebem formação de qualidade de maneira que este possa estar apto à vida em sociedade e ao mercado de trabalho. Entende-se a avaliação como um dos mecanismos que contribuem com a exclusão excludente por ser esse um sistema que segrega, hierarquiza, inclui ou exclui de forma que a desigualdade vai se reproduzindo no processo ensino aprendizagem. Trata-se de uma análises sobre as “empurroterapias” e as “certificações vazias”, meios e consequências do ensino, que deixam a desejar na formação dos alunos para a vida em sociedade, mas são realidades nas escolas públicas. Assim, as avaliações internas aplicadas, são “facilitadoras” de promoção, buscam a aprovação e menos custos para os financiadores, gerando baixos índices de rendimentos nas avaliações externas.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, luzifigueiredo@hotmail.com.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre as formas de avaliações internas no sistema público de ensino, como estas refletem no processo de aprendizagem e nas avaliações externas, quais as consequências dessas para os alunos envolvidos no procedimento, tomando por base os teóricos José Carlos Libâneo (2005/2012), Phillip Perrenoud (1999), Cipriano Luckesi (2005), Acácia Kuenzer (2005), LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Constituição Federal (1988). Entender a avaliação como um mecanismo de reprodução da inclusão excludente consiste em analisar o processo de formação dos alunos nas escolas públicas m como as consequências dessas para os alunos dos meios populares.

METODOLOGIA

O trabalho apresenta, de forma resumida, uma análise do processo avaliativo aplicado nas escolas públicas, o percurso histórico, como esse método acontece nos espaços escolares, acompanhada de uma reflexão em relação ao processo de inclusão escolar, a legislação brasileira que norteia esse estágio e como este processo constrói situações de exclusão junto aos alunos que fazem parte dessa estrutura de formação, a escola pública. A metodologia aplicada ao trabalho incide em uma revisão da literatura, tendo como principais autores: José Carlos Libâneo (2005/2012), Phillip Perrenoud (1999), Cipriano Luckesi (2005), Acácia Kuenzer (2005), LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Constituição Federal (1988), utilizando livros, artigos científicos que se voltam para o tema, embasada nos pressupostos da concepção histórico-crítica.

DESENVOLVIMENTO

Educação Escolar Pública

A educação escolar pública do Brasil, desde o processo de abertura, momento que tornou realidade a inserção para dentro dos seus muros todos que assim desejam, torna-se um palco em que atuam os mais diversos atores, protagonistas de suas histórias de vida e, conseqüentemente da realidade social do qual são oriundos. Cada uma dessas escolas faz parte de uma determinada sociedade, estão ligadas aos aspectos econômicos, ideológicos, políticos dos grupos que as comandam e terminam por serem diretamente influenciadas. Essas forças, ora ocultas ora explícitas, afetam o processo educativo escolar de diferentes maneiras e, para Libâneo (2012), esta influência acontece de várias maneiras:

- a) Exigem novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais;
- b) Levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
- c) Modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- d) Produzem modificações nos interesses, necessidades e valores escolares;
- e) Forçam as escolas a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática;
- f) Induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores (LIBÂNIO, 2012, p. 62).

No contexto da globalização, o processo de aprendizagem já não se resume ao espaço geográfico da escola, este ocorre nos mais diferentes locais e momentos, “a socialização dos conhecimentos técnico-científicos e do desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências sociais requeridas para a vida prática” (LIBÂNIO, 2012, p. 63), estão disponíveis nos computadores, celulares, televisores e nos mais diferentes recursos tecnológicos da atualidade, sem necessidade de avaliação, de hora marcada, de acúmulo de livros, tornando-se um elemento rico para quem deseja dominar os mais diferentes conhecimentos, obrigando a escola atual a conviver e se adaptar à nova realidade, para que possa manter seu objetivo maior de formar cidadãos que venham atuar na sociedade nesse novo tempo.

O sistema escolar objetiva contribuir com o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades junto aos alunos de forma que estes sejam capazes de “pensar e aprender permanentemente”, assim desenvolva “maior e melhor qualificação profissional numa sociedade técnico-informacional”, chegando ao patamar de possuir “capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania”, o que constitui a formação de “cidadãos éticos e solidários”, (LIBÂNIO, 2012, p. 63). Sendo esse o papel da escola, além de tantos outros, analisar o sistema de avaliação nelas aplicados é fundamental para que se possa compreender como se encontra a realidade prática das salas de aulas, da formação dos alunos e quais os resultados adquiridos.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem nas escolas do Brasil apontada no Artigo 24, Inciso V da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 determina que a verificação do rendimento escolar observará: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos

resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais [...]. (BRASIL 1996). É possível perceber a ênfase nos aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos e que esta, a avaliação, aconteça cumulativa e continuamente, o que difere totalmente da realidade na qual, consistem atividades que servem como parâmetro classificatório e são representadas por números ou conceitos.

Existem diferentes visões sobre a avaliação, para Cipriano Luckesi (2005), “[...] avaliação escolar não está sendo efetuado gratuitamente. Está a serviço de uma pedagogia, que nada mais é do que uma concepção teórica da educação, que, por sua vez, traduz uma concepção teórica da sociedade”. Para outros autores, a avaliação é “um sistema que pressupõe a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade”, (Althusser, s/d.; Bourdieu & Passeron, 1975). Por meio da avaliação escolar é possível a permanência e o domínio de um sistema educacional classificatório, arbitrário e reflexo de uma educação bancária que já não atende a realidade do mundo globalizado.

Phillip Perrenoud (1999, p. 36), atenta para a existência de dois tipos de avaliação a quem se deve um olhar mais detalhado, a “avalição tradicional” e a “avalição formativa” explicadas na obra “Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas”. A avaliação Tradicional amplia as desigualdades ao tratar todos os alunos de forma homogênea, sem considerar as diferenças, as origens culturais, políticas e financeiras dos alunos, ao contrário, classifica, agrupa por nível de aprendizagem alcançada. Já a avaliação formativa, “assume todo seu sentido no âmbito de uma estratégia pedagógica de luta contra o fracasso e as desigualdades, que está longe de ser sempre executada com coerência e continuidade[...] instrumento de uma pedagogia diferenciada, não dá as costas à certificação, visa sobretudo a criação das condições da certificação do maior número de alunos”, (PERRENOUD, 1999, p. 164).

Luckesi (2011) reconhece três modelos de avaliação: a “classificatória”, trata-se de uma “avalição disciplinadora”, eficiente na manutenção do “modelo vigente de educação”, contribui para que o professor classifique os alunos como “burros”, de “baixo índice cognitivo” ou com “déficit de aprendizagem”, o que geralmente é comunicado aos pais e a comunidade escolar. A “avalição diagnóstica” busca sondar o nível de conhecimento do aluno, “se for satisfatório está bem; porém, se for insatisfatório, há que se intervir para que a aprendizagem se manifeste satisfatória”, (LUCKESI, 2011, p.63). Por fim, a “avalição participativa”, esta atua colocando em funcionamento, de forma amorosa, os resultados adquiridos na avaliação diagnóstica, ou seja, “deverão ser utilizados para diagnosticar a

situação do aluno, tendo em vista o cumprimento das funções de autocompreensão”. (LUCKESI, 2011, p.118).

O sistema avaliativo das escolas públicas é, em geral, formado por testes, atividades e provas que recebem uma nota ou valor, estabelecendo o critério de aprovação ou não, ou seja, o aluno tem a chance de fazer atividades somativas com o valor máximo de dez pontos, para ser aprovado deve alcançar a média cinco, caso alcance somente o valor quatro oito (4,8), esta pode ser aproximada para cinco, fazendo com que a média seja alcançada. Se tiver uma média inferior a quatro oito, o aluno tem a chance de fazer uma recuperação paralela e, assim, alcançar a média desejada para ser avançado. Essas atividades avaliativas são aplicadas ao longo do ano, em três momentos denominados de Unidades. No final do ano letivo o aluno deverá alcançar um total de 15 pontos, caso não consiga, deverá responder uma prova denominada de Recuperação Final em que deverá alcançar a nota cinco, dessa forma será aprovado. Mas se o aluno não alcança a média estabelecida, de valor cinco, depois de todas essas tentativas, ele vai ser avaliado pelo Conselho de Classe.

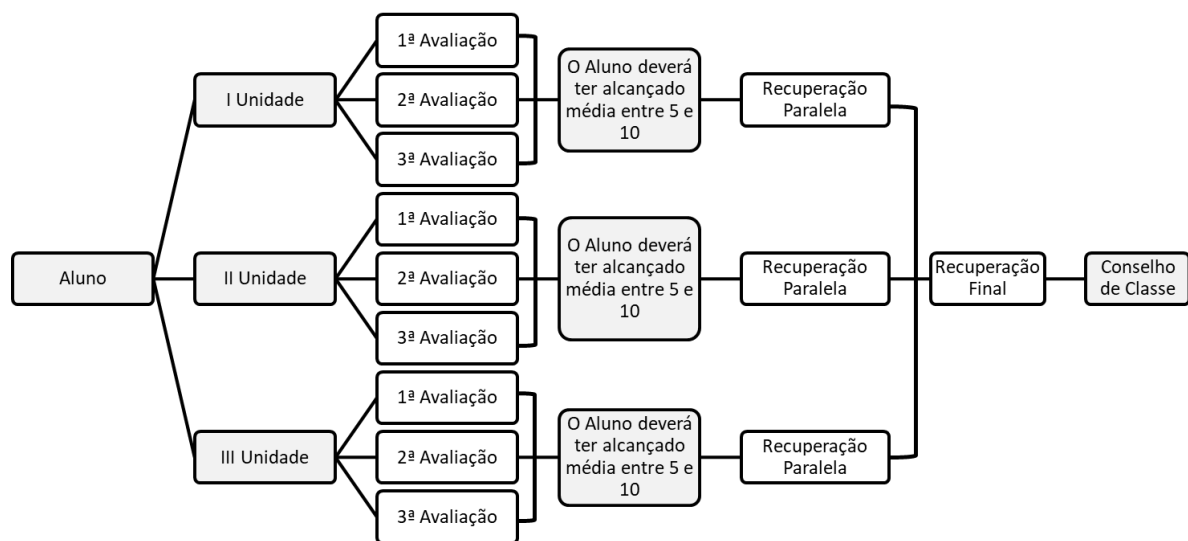
Entendendo que os Conselhos de Classes foram criados durante o período do Regime Militar, no ano de 1971, por meio da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 5692/71, um dos reflexos do autoritarismo vigente no período. A Constituição Cidadã de 1988, juntamente com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1996 – Lei 9397/96, reverte o autoritarismo em direito, assegurando a todos a oportunidade à educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa e a preparação para o exercício da cidadania, nesse novo contexto o Conselho de Classe passa a ter função de avaliar a eficácia da ação pedagógica e não apenas a verificar notas ou problemas disciplinares dos alunos. Ainda é possível perceber que muitas reuniões de Conselho de Classe buscam justificativas para os resultados obtidos, são momentos em que professores utilizam para aprovar os alunos que não conseguiram alcançar a média desejada no processo vivido durante o ano letivo.

Para Garcia (1999), sobre avaliação,

O prazer de aprender desaparece quando a aprendizagem é reduzida a provas e notas; os alunos passam a estudar para se dar bem na prova e para isso têm de memorizar as respostas consideradas certas pelo professor ou professora. Desaparecem o debate, a polêmica, as diferentes leituras do mesmo texto, o exercício da dúvida e do pensamento divergente, a pluralidade. A sala de aula se torna um pobre espaço de repetição, sem possibilidade de criação e circulação de novas ideias (GARCIA, 1999, p. 41).

O modelo de avaliação das escolas públicas estabelece uma média cinco para aprovação do aluno, podendo alcançar de zero a dez, mas com a metade ele é aprovado, o que caracteriza uma aprendizagem pela metade. Segundo Luckesi (2011, p. 27), “a avaliação da aprendizagem é um termo recente, já os exames escolares antecedem a avaliação e são usados há séculos, porém da forma que atualmente é aplicada nas escolas, vem sendo utilizado há cerca de quinhentos anos”. Trata-se de um sistema de avaliação tradicional, classificatória, disciplinadora e promove a manutenção do modelo atual da sociedade.

Fluxograma 1: Sistema de Avaliação nas Escolas Públicas



Fonte: Elaborado pela autora.

O fluxograma acima foi elaborado pela autora tomando por base o sistema de avaliação tradicional descrito anteriormente, abrangendo os diferentes tipos de avaliações aplicadas nas escolas públicas da Bahia e a sequência de atividades que são disponibilizadas para os alunos com o objetivo de promoção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", um texto perfeito se devidamente aplicado, uma Constituição considerada cidadã por justamente promover essa condição de escolaridade a

todos sem distinção, uma verdadeira inclusão escolar, o acesso aos estudos, atividade que fora negada a muitos no passado histórico do Brasil. A inclusão que aqui se fala, não é necessariamente a inclusão de pessoas com limitações físicas ou cognitivas, mas a inclusão na escola, no processo educativo de todos os que não possuem deficiências ou limitações identificadas, os ditos “normais”. A educação para todos, estabelecida na LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, confirma:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

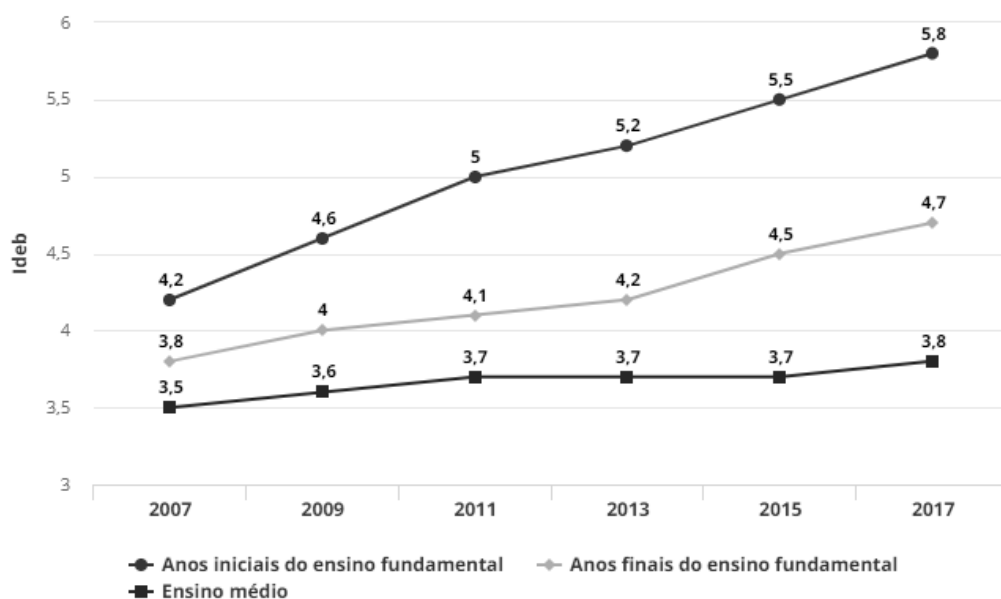
§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1966).

Por vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, a educação escolar abrange o processo formativo dos alunos para a vida social como um todo, liga-se ao modo como os indivíduos vão se preparar para a realidade que enfrentará e como sobreviverá no cotidiano. Assim, analisar o processo avaliativo das escolas, é tomar por base um dos muitos aspectos que a escola disponibiliza para estudo, dentre tantos outros que podemos citar o currículo, a formação de professores, gestão escolar, etc. A avaliação nesse contexto de inclusão excludente torna-se aqui um elemento forte na educação por ser ainda classificatório, por meio do qual se estabelece o progresso ou não do aluno, é o que fica escrito no histórico escolar, são as marcas que os alunos levam diretamente para a vida.

Um primeiro aspecto a ser analisado aqui é o fato de se cobrar somente uma média cinco para que o aluno possa ser aprovado, avançado para uma série maior. Mesmo não carregado de uma bagagem que lhe dê suporte de atuação na sociedade, os alunos, por meio desse sistema de avaliação são aprovados em massa, mas, muitas vezes não alcançam o nível de interpretação de texto desejada, não constroem textos, não dominam a aprendizagem das ciências exatas básica para a série que cursam, porém são aprovados. Estes alunos alcançam a aprovação por meio do que se entende serem as “facilidades” existentes no sistema de avaliação, onde muitas vezes busca-se somente a promoção e não necessariamente a aprendizagem. Esse processo se repete, gradativamente, nas séries do Ensino Fundamental I e II, tanto quanto no Ensino Médio.

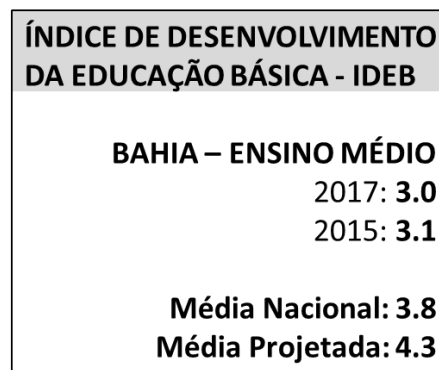
É possível perceber que no Ensino Médio, por exemplo, que os índices são baixos. Em 2019 o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – da Bahia foi o mais baixo do país, o que configura um processo de aprendizagem não satisfatório para os objetivos desejados pelo processo educativo. Passam-se 200 dias letivos em sala de aula, aplicam-se avaliações internas, são aprovados, mas quando são avaliados externamente não conseguem alcançar os índices desejados, e colocam-se em situação de baixa aprendizagem e, conseqüentemente, funcionalidade diante da realidade do trabalho e da vida em sociedade.

Figura 2: Histórico do Ideb em cada etapa de ensino, de 2007 a 2017.



Fonte: Inep.

Figura 3: IDEB da Bahia – Ensino Médio, Média Nacional e Média Projetada, em 2015 e 2017



Fonte: Ministério da Educação (2018).

Esse processo de avaliação escolar quando não reprova consecutivamente, aprova sem o devido nível de aprendizagem necessário para a vida. Outrora, os índices de evasão e repetência eram altos, a exclusão era uma realidade, situação que vem diminuindo atualmente, e os índices de matrículas vêm aumentando. No processo de aprendizagem, para Luckesi (2011, p. 29), “o educando não vem para a escola ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender e, para tanto, necessita do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender”. Essa aprendizagem significativa, necessária, é o caminho pelo qual o aluno seguirá em busca de melhores condições de vida e modos de vida. Quando a escola não oferece esses recursos de aprendizagem e preparo, configura-se a inclusão excludente, segundo Acácia Kuenzer (2005), pode ser entendida como:

A inclusão excludente, como as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2005).

A inclusão excludente, dentro dessa linha de pensamento aqui desenvolvida, na qual enfatiza o sistema de avaliação das escolas públicas, mas necessariamente na Bahia, é uma das muitas formas de exclusão, a quem Kuenzer (2005) denomina de “empurroterapia”,

Tem a finalidade de possibilitar aos sistemas públicos de ensino, municipal e estadual as necessárias condições para combater o fracasso escolar, proporcionando aos alunos que apresentam a chamada distorção idade-série efetivas condições para a superação de dificuldades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem (Brasil, MEC, 1997).

Assim, a “empurroterapia”, para Kuenzer (2005), é oriunda,

[...] ou têm decorrido de uma distorcida apropriação de processos desenvolvidos no campo da esquerda para minimizar os efeitos da precarização cultural decorrente da precarização econômica, com a única preocupação de melhorar as estatísticas educacionais: ciclagem, aceleração de fluxo, progressão automática, classes de aceleração, e assim por diante (KUENZER, 2005, p 14).

O processo de “empurroterapia” se configura, de forma diferenciada no ensino regular, quando o processo de avaliação ali aplicado promove a aprovação de alunos sem o

devido conhecimento necessário para a vida, os concluintes chegam vazios de conhecimento para o mercado de trabalho, para a vida em família e, conseqüentemente a vida em sociedade. As “certificações vazias”, como são identificadas por Kuenzer (2005) trazem a luz da realidade o processo de “inclusão excludente”, pois o aluno passa por todo o percurso escolar sem adquirir as estruturas necessárias que venham subsidiar a vida digna que se deseja. A avaliação torna-se, nesse processo, um dos muitos mecanismos que a fortalecem, meio pelo qual a promoção do aluno acontece, pois a repetência não é interessante devido ao custo que se torna para as fontes mantenedoras.

Incluir os alunos na escola é entender que estes precisam de formação, de valorização dos seus conhecimentos prévios, estão ali em busca de novas aprendizagens e significados para a vida, de conhecimentos que lhes permitam atuar na sociedade, construir e reconstruir a sua história a cada dia, modificar a realidade que não lhe satisfaz com competência e dignidade, com valores que o movam para o melhor e os distancie das situações de miséria, pobreza, falta de reconhecimento e baixa estima, que o reconheça como ser humano digno de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a avaliação um método aplicado desde o início do sistema educacional nas mais diferentes formas de ensino escolar, torna-se de suma importância compreender como esta pode ser utilizada de forma positiva ou mesmo negativa, perceber qual o papel que a mesma desempenha no processo ensino aprendizagem, quais as conseqüências dessas na vida dos alunos são de grande importância para o desenvolvimento de pesquisas e novas metodologias que possam agregar positivamente novos valores as aprendizagens. Aqui não se pretende esgotar um tema tão rico e tão farto de informações e olhares, mas objetiva-se analisar como um dos mecanismos da aprendizagem pode influenciar em todo o processo juntamente com outros que também fazem parte da busca do conhecimento. A avaliação como um dos meios que podem gerar, fomentar a “inclusão excludente”, deve ser olhada com maior atenção por parte de toda a comunidade escolar, como um processo de busca para melhorar a qualidade de identificação dos que aprendem e dos que necessitam de maior atenção nas suas singularidades, nas suas necessidades específicas. Que a avaliação seja mais um meio de conhecimento das necessidades que um meio de exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Básica:** Lei 9394 de 20 de dezembro de 2016. São Paulo: Ed. Esplanada.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição Federal.** Brasília: Imprensa Oficial.

KUENZER, Acácia. Z. **Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível?** Revista Trabalho, educação e saúde. v. 5, nº 3, p. 491-508, nov.2007/fev.2008.

_____. **Da Dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em Acesso em 13 abril. 2014

_____. **Pedagogia do Trabalho na acumulação flexível: os processos de inclusão excludente.** Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 31, n. nº 1, p. 32- 38, 2005.

_____. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** In: Saviani D.; Sanfelice, J. L.; Lombardi, J. C. (Org). Capitalismo, trabalho e educação. 3º ed. Campinas: Autores Associados, 2005. P. 77-96.

_____. **O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. Educação e Sociedade.** .2000, vol.21, n.70, pp. 15-39. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000100003>.

_____. **O ensino Médio no Contexto das Políticas Públicas de Educação no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 4, p. 20-77, 1997.

LIBÂNEO, José C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012.

PERRENOUD, P. **Escola Reflexiva e nova racionalidade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

_____, P. **Professores Reflexivos em uma escola reflexiva.** 3.^a ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, P. **Sucesso Na Escola: só o currículo, nada mais que o currículo!** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Genebra philippe.perrenoud@pse.inige.ch Tradução: Neide Luzia de Rezende.